

## **RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO COTIDIANO ESCOLAR DE UMA ESCOLA PÚBLICA: UM RECORTE COM ALUNOS QUE APRESENTAM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM**

STACH-HAERTEL, Brigitte Ursula  
Universidade de São Paulo

O presente trabalho nasceu de uma pesquisa ação realizada em uma escola estadual da periferia da capital paulista com alunos não alfabetizados de uma segunda série. A abordagem adotada entende o ambiente escolar em seus diferentes espaços de convivência, como uma instância privilegiada de socialização dos sujeitos, formador para a cidadania plena. Suas práticas, efetivadas na vivência e experiência diária, podem contribuir significativamente para a superação ou manutenção de desigualdades historicamente constituídas que se sustentam em hierarquizações reproduzidas, de forma consciente ou não, nas práticas docentes que privilegiam a perpetuação de saberes legitimados promovidos formalmente pela escola. A pesquisa teve por objetivo identificar os eixos sobre os quais se sustenta a prática pedagógica que justifica o fracasso escolar a partir de matrizes teóricas que favorecem o predomínio da vertente racional sobre as demais instâncias da inteligência humana. Nesse sentido, o objetivo da intervenção foi buscar reconhecer como aqueles alunos taxados de incapazes diante dos conteúdos formais adotados pelo currículo oficial da escola lidavam com os conflitos presentes no cotidiano escolar, quer como sujeito da ação ou como mediador de disputas entre seus pares quando convidados pela pesquisadora. Em uma primeira etapa foi solicitado aos alunos que, utilizando-se de desenhos, representassem um conflito vivido prevendo a forma que entendiam uma possível reparação. Uma segunda fase teve por objetivo a observação de campo focando a atenção naqueles que haviam sido identificados anteriormente como alunos-problema. Por último, por intermédio da contagem de uma história, foi promovida uma roda de conversa. Os dados obtidos demonstram que a complexidade do fenômeno escolar demanda de novas estratégias de intervenção para garantir o acesso à formação plena dos cidadãos e cidadãs, de maneira mais abrangente, deixando de privilegiar apenas aqueles que alcançam os resultados desejados nas mensurações dos instrumentos legitimados como avaliação da qualidade do nosso ensino.